

O BRASIL EM GUERRA

O mês que acaba de findar foi assinalado por um acontecimento de transcendência histórica: a participação do Brasil na segunda guerra mundial, em um ato de legítimo revide à agressão totalitária contra navios mercantes nacionais, nas nossas próprias águas, e em consequência da qual pereceram mais de seiscentos brasileiros.

Difícilmente em outros limites poderia ser confinada a honra nacional.

Por isso mesmo, a declaração do estado de beligerância não foi apenas recebida com delirantes aclamações populares, mas resumiu, em sua própria substância, tudo aquilo que o povo, que cada um de nós passou a desejar, com a plena consciência dos sacrifícios que de uma atitude tão digna decorrem para cada cidadão.

“A honra e os interesses mais sagrados da Pátria exigiram, imperativamente, a atitude que tomámos” — afirmou no seu histórico discurso de 7 de setembro o ínclito Chefe da Nação — “Agora nos sentimos de consciência tranquila, resolutos e dispostos a defender os brios legítimos do nosso povo, que nunca se ajustou às atitudes de servo e há de prosseguir independente e soberano”.

Felizmente, num mundo talado pela brutalidade e num momento decisivo para o destino dos povos livres, conta a nação brasileira, dirigindo-a, com um grande homem, capaz de recolher e sintonizar a sua vocação histórica e de traduzí-la, no concerto humano, em termos de imperecível dignidade. E’ conduzido pelo seu eminente Chefe que o Brasil conquista uma posição impar ao lado das forças que hão de restabelecer a decência nas relações internacionais, a liberdade para os oprimidos, a justiça e a paz para os que estão asfixiados nesta era tremendamente convulsionada.

No quadro das responsabilidades de cada um para o esforço total com que há de ser levada esta guerra, no que toca ao nosso quinhão, as que cabem aos servidores públicos, como força das mais representativas da frente interna, são graves e honrosas. Todos os que integram o nosso serviço civil, de cuja eficiência vão ser, agora, reclamados novos e altos padrões, teem, neste momento, a sua verdadeira oportunidade.

“Fio em que os servidores do Brasil, superando-se a si próprios, com o orgulho dos velhos funcionários ingleses, que usam como lema a expressão soberba: “nós servimos ao Estado”, tudo farão, sem medir dificuldades ou sacrifícios, para atender às necessidades e aos reclamos da Pátria”, acaba de afirmar, no seu relatório anual, o Sr. Luis Simões Lopes.

E’ esta a oportunidade a que nos referimos.

A de servir ao Brasil numa hora suprema, fazendo-se cada um, superior aos seus próprios recursos, competindo em dedicação, lealdade e espírito de renúncia com os que forem mais capazes no exercício dessas nobres virtudes.

No recinto das repartições ou no seio da comunidade a que pertence, o servidor público tem "campo próprio para exercitar o seu heroísmo" e basta, para que bem mereça da Pátria, que o faça atento na palavra de ordem do Chefe da Nação definindo de forma lapidar os seus deveres:

"Disciplina, para que as tarefas sejam executadas sem perturbação; aplicação, para que o rendimento do vosso trabalho seja o máximo sobrando-vos tempo para as obrigações auxiliares da defesa passiva, dos serviços de enfermagem, de cooperação espontânea no cuidado dos velhos, crianças, enfermos e feridos; discreção, com o objetivo de evitar que se conheçam as vossas atividades e o inimigo possa aproveitar desse conhecimento, pois para os serviços de guerra todos os dados podem ser preciosos; união, para reafirmar em todas as circunstâncias a vontade, a decisão de vencer".

No cumprimento religioso desses deveres, os servidores públicos que ficarem, por força de necessidades imperiosas, assegurando a movimentação da engrenagem administrativa, na retaguarda, poderão sentir-se de certa forma compensados de não participarem da honra e do privilégio de lutar ou de morrer, nas linhas de frente, pelo Brasil e pela civilização.